



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

23 de julho 2015



Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Caderno Universitário	Data: 23/07/2015
Assunto: Fies		Página: 33

DIÁRIO CATARINENSE

POR QUE SANTA CATARINA DEVE TER MENOS CONTRATOS PELO FIES

A pesar da reabertura das inscrições para o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), prevista para o segundo semestre, universidades ainda estão receosas sobre a recente portaria publicada pelo Ministério da Educação com novas regras. Além de priorizar os cursos avaliados com notas 4 e 5 pelo Ministério da Educação (MEC), a portaria prevê que o programa dê preferência a alunos e instituições do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. As regras valem apenas para novos contratos.



Ainda não há estimativa sobre o número de contratos destinados a SC, pois o prazo para cadastramento das instituições terminou na terça-feira. Entre as universidades chegou a se comentar, por exemplo, que o Rio Grande do Sul deva receber apenas 65 contratos. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), gestor do Fies, garante que

as instituições cadastradas serão analisadas e só com a publicação de um edital do MEC, ainda sem data definida, é que haverá a confirmação da divisão dos 61,5 mil novos contratos por Estado.



Secretário-executivo do Sistema Acafe, que reúne 16 universidades comunitárias de SC, Paulo Ivo Koehntopp afirma que ainda há pendências sobre contratos que não foram renovados no primeiro semestre, novos contratos que não foram aceitos pelo sistema do Fies e atraso no pagamento do governo federal para as instituições comunitárias pelos serviços já prestados.

Ontem, o MEC prorrogou por mais 60 dias o prazo para analisar os casos de instituições que reajustaram mensalidades acima do teto estipulado de 6,4% e deve decidir se elas, o governo ou os estudantes vão arcar com os valores que excederem esse limite.

PRAZO DE INSCRIÇÕES

Para os estudantes, as principais regras do Fies são: ter tirado nota maior do que zero na redação do Enem, 450 pontos na prova feita a partir de 2010 e renda familiar de até 2,5 salários mínimos. O período de inscrições para o segundo semestre ainda não foi definido e depende de publicação de edital da Secretaria de Ensino Superior do MEC.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Caderno Universitário	Data: 23/07/2015
Assunto: Enem		Página: 33

DIÁRIO CATARINENSE

ENEM POR ESCOLAS

O MEC divulga na próxima semana o resultado por escola das notas obtidas no último Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Os indicadores são uma média da nota obtida por alunos de cada instituição nas provas de linguagens, códigos e suas tecnologias, ciências humanas, matemática, ciências da natureza e redação. Só fazem parte do índice as escolas que tiveram pelo menos metade dos alunos do último ano do ensino médio que prestaram as provas de 2014. O indicador é importante para avaliar a qualidade do ensino no país.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Caderno Universitário	Data: 23/07/2015
Assunto: Olimpíada Brasileira de Matemática		Página: 33

DIÁRIO CATARINENSE

22

É o total de catarinenses entre os 501 medalhistas de ouro na última Olimpíada Brasileira de Matemática, aplicada em 2014. Eles foram homenageados segunda, no Rio de Janeiro. Neste ano, as provas da segunda etapa da olimpíada serão aplicadas em setembro e os vencedores serão conhecidos em dezembro.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Notícias	Data: 23/07/2015
Assunto: Alcides Abreu		Página: 22

DIÁRIO CATARINENSE

UM ESTADISTA QUE PLANEJAVA O FUTURO

MOACIR PEREIRA

moacir.pereira@diario.com.br

Uma das cabeças mais geniais de Santa Catarina, o professor Alcides Abreu está sendo velado no Jardim da Paz, onde será sepultado hoje, às 14h. Ele faleceu às 23h de terça-feira no Hospital de Caridade, aos 88 anos.

Era natural de Bom Retiro e escreveu seu nome na história de Santa Catarina com importantes passagens. Foi promotor público, diretor regional do Senai, professor na Faculdade de Direito da UFSC, presidente do Besc, professor da Universidade de Brasília, membro honorário do Instituto

Histórico e Geográfico de Santa Catarina, titular da cadeira 19 da Academia Catarinense de Letras, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, professor da Escola Superior de Administração e Gerência da Udesc e professor da Unisul. Tem vários livros publicados, o primeiro deles logo após ter concluído curso na Universidade Sorbonne, em Paris.

Em sua rica biografia, há destaque para a elaboração do Plano de Governo de Celso Ramos, quando criou um projeto revolucionário na educação estadual e sugeriu a criação da Celesc, Besc, Udesc, BRDE e outras instituições públicas de grande importância.

Mudanças de impacto na eco-

nomia e na sociedade catarinense marcaram o governo Colombo Salles, cujo Projeto Catarinense de Desenvolvimento teve a coordenação e elaboração dele. Projetos inovadores executados nos dois governos Esperidião Amin tiveram suas impressões digitais. Participou, também, como conselheiro de Luiz Henrique da Silveira.

Deixa a segunda esposa, Edinete, três filhas, seis netos e dois bisnetos, fruto do casamento com Sara. A filha Márcia Donner é ministra conselheira do Brasil na Organização Mundial do Comércio, em Genebra. Lá trabalha, como servidora de carreira, a irmã Maria. Ambas estão viajando a Florianópolis para se despedirem do pai.





SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: A Notícia

Editoria: Notícias

Data: 23/07/2015

Assunto: Ministro Janine Ribeiro

Página: 05

A NOTÍCIA

Campus depende da economia

SCHIRLEI ALVES

schirlei.alves@an.com.br

Após acompanhar o prefeito Udo Döhler em visitas a unidades de ensino, o ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, conheceu a Escola do Teatro Bolshoi no Brasil em Joinville. O ministro não fez nenhum anúncio importante para a região em razão da crise econômica que o País está enfrentando. Uma das apostas na área da educação para a região Norte seria a conclusão do campus da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), às margens da BR-101.

– Como todos sabem, neste ano houve uma série de ajustes orçamentários. Então, nesse momento, não dispomos de verba. Pretendemos incluir o campus entre as primeiras prioridades quando voltarmos a ter condições de investir em novas atividades.

As obras do campus da UFSC, que iniciaram em 2010 e estão paradas há um ano, não têm previsão para recomeçar. O bloqueio de orçamento de R\$ 69,9 bilhões, anunciado para 2015 pelo governo federal, afetou principalmente três ministérios:

Cidades, Saúde e Educação.

Na Educação, o corte foi de R\$ 9,2 bilhões. Desses, pelo menos R\$ 1,9 bilhão é referente aos institutos e universidades federais. Por isso, não há previsão de investimento nas universidades federais até que a economia se recupere, afirma Ribeiro.

A Escola do Teatro Bolshoi foi apresentada pelo presidente da escola, Valdir Steglich, e pelo diretor, Pavel Kazarian. O ministro veio acompanhado do secretário de Estado da Educação, Eduardo Deschamps, e do secretário de Educação Profissional e Tecnoló-

gica, Marcelo Feres.

Movimento pela Educação

Hoje, às 8h45, o ministro participará da abertura do seminário *Movimento A Indústria pela Educação*, no Senai Norte, na Zona Industrial. Criado em 2012, o movimento procura mobilizar, articular e influenciar a indústria, o poder público e a iniciativa privada para superar a fragilidade da educação nos itens relacionados à escolaridade e à qualificação profissional entre outros.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Blog Moacir Pereira	Editoria: Blog Moacir Pereira	Data: 23/07/2015
Assunto: Negociações		Página: Online



Encontro agendado

Dando sequência aos trabalhos da mesa de negociação entre o Governo do Estado e o Sinte, foi agendada para a próxima sexta-feira, 24, um novo encontro no qual o Governo irá apresentar o desenho da nova carreira do magistério catarinense. O documento contempla as sugestões feitas pelo Sinte nas rodadas anteriores.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 23/07/2015
Assunto: Rede Social	Página: Online	



Instituto cria rede social com conteúdo educativo e de gestão

Ao adotar a ferramenta mais popular dos últimos tempos, o câmpus de Ceilândia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB) cria rede social própria, fortalece a comunicação entre escola e comunidade e inova nas práticas educacionais. É a IFSocial, rede on-line que funciona basicamente como o conhecido facebook, mas com conteúdos educativos, informativos e também voltados para a gestão escolar.

Ainda em fase experimental, a IFSocial é fruto de projeto de pesquisa dos professores Jocênio Marquios e Laura Misk. "Uma preocupação foi oferecer um ambiente semelhante ao das ferramentas existentes, com o diferencial de que, na nossa rede, teremos controle do conteúdo e poderemos instalar módulos próprios, como fóruns e blogs", afirma Marquios.

Com o apoio de recursos conhecidos dos usuários de redes sociais, como chat e feed de notícias, a IFSocial possibilitará aos professores a postagem de conteúdos específicos de cada disciplina. Ações de formação profissional e pedagógica dos docentes do instituto também estarão disponíveis na rede. "Isso é compartilhar conhecimento: uma atividade específica de capacitação de professores, mas aberta a todos", diz Luciano de Andrade Gomes, diretor de ensino, pesquisa e extensão do câmpus de Ceilândia.

A IFSocial foi criada para proporcionar comunicação e integração entre gestão, servidores e alunos no câmpus, mas passou a ser um projeto institucional. A rede será incorporada ao domínio do instituto com uma versão acadêmica e outra para a intranet do IFB. "A educação precisa de novas ferramentas que permitam a estudantes e docentes estar mais perto, com linguagem atual", avalia o reitor do instituto, Wilson Conciani. "Seu uso educacional é um potencial enorme na construção do saber."

A rede social apresentará conteúdo pedagógico, calendário acadêmico, informações técnicas, agenda de atividades, videoconferências, transmissão on-line, programação de eventos e todos os recursos hoje disponíveis na internet com fins educativos. "Temos a convicção de que a ferramenta não vai ficar só no IFB, mas pode crescer para toda a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, gerando um grande repositório de dados", diz o professor Marquios.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 23/07/2015
Assunto: Alimentação Escolar		Página: Online



Encontro de Alimentação Escolar inscreve até o dia 27

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) realizará no dia 13 de agosto, o "Encontro de Técnico do Programa Nacional da Alimentação Escolar – Pnae", em Uberlândia, Minas Gerais. O evento está previsto para acontecer de 8 horas às 18 horas no Campus Santa Mônica da Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais. Estão disponíveis 350 vagas, e os interessados devem se inscrever através do site de Educação Corporativa do FNDE até o dia 27 de julho. Para um tutorial sobre como fazer a inscrição, clique [aqui](#).

O objetivo da ação é capacitar conselheiros de alimentação escolar, nutricionistas e gestores vinculados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) quanto às regras e respectivos papéis de cada um dentro do Pnae. Serão abordados assuntos como: importância das atribuições do Conselho de Alimentação Escolar no controle social do Pnae; aquisição de gêneros alimentícios (por licitação e por chamada pública); educação alimentar e nutricional; aspectos de higiene e saúde; e elaboração do parecer conclusivo sobre as prestações de contas da execução do Pnae nas entidades executoras.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 23/07/2015
Assunto: Livros didáticos		Página: Online



Aprovado projeto que só permite substituição de livros didáticos após três anos

Proposta que proíbe escolas de substituírem os livros didáticos pelo prazo de três anos contados a partir de sua adoção foi aprovada pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados. A proposta exige ainda a reposição de livros extraviados, ainda que em período inferior aos três anos previstos para a utilização de determinado título.

A comissão analisou seis projetos de lei que tratam do assunto e tramitam apensados: PLs 2962/04, 4922/09, 4044/04, 1082/07, 2862/08 e 1508/03. O relator, deputado Damião Feliciano (PDT-PB), propôs um substitutivo que rejeitou o PL 1508/03 e aglomerou todas as outras. Ele explicou que recomendou a rejeição da proposição principal por ela estabelecer o período mínimo de dois anos para a utilização de livros didáticos nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio da rede pública do País. "Julgamos que esse prazo de dois anos é pouco efetivo para o objetivo que se almeja atingir", justificou o parlamentar.

Pelo texto aprovado, os sistemas de ensino poderão autorizar a substituição de livro didático em prazos diferenciados por razões curriculares ou pedagógicas.

O texto também proíbe a adoção de livros didáticos descartáveis ou cuja concepção impeça a sua reutilização nos anos subsequentes ao da adoção, a partir do 5.º ano do ensino fundamental e em todo o ensino médio.

Qualidade

Os sistemas de ensino deverão ainda avaliar os livros adotados pelos estabelecimentos de ensino deles integrantes.

A proposta acrescenta à Lei de Diretrizes e Bases (9.394/96) a previsão de avaliação da qualidade, por parte de estados e municípios, do material didático-escolar adquirido com recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino para uso dos estabelecimentos do seu sistema de ensino.

Tramitação

O projeto, que tramita em caráter conclusivo, ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 23/07/2015
Assunto: Retorno de disciplinas		Página: Online



Comissão aprova indicação ao MEC para reincluir disciplinas no currículo escolar

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou, no último dia 15, indicação ao Ministério da Educação (MEC) para que as disciplinas de Organização Social e Política do Brasil e Educação Moral e Cívica voltem a compor, obrigatoriamente, os currículos dos ensinos fundamental e médio. Instituídas na década de 1960, durante o regime militar, essas disciplinas foram eliminadas do ensino brasileiro nos anos 1990.

A reinclusão estava prevista, inicialmente, no Projeto de Lei 5960/13, do deputado Valtenir Pereira (Pros-MT), mas ele foi rejeitado pela comissão. O argumento do relator, deputado Izalci (PSDB-DF), é que a inclusão de disciplinas nos currículos escolares é atribuição do Conselho Nacional de Educação (CNE), como órgão consultivo do MEC.

No entanto, por considerar a ideia meritória, Izalci optou pela indicação ao Poder Executivo. "Ressaltamos a intenção de restabelecer disciplinas e conteúdos que podem contribuir para a formação de valores nacionais, éticos, morais e humanitários. No entanto, devemos observar o disposto na Lei 4.024/61, segundo o qual compete ao CNE deliberar sobre as diretrizes curriculares propostas pelo MEC", reforçou Izalci.

Ele lembrou ainda que a súmula de recomendações aos relatores na Comissão de Educação indica a rejeição de proposições de alterações curriculares, devendo as mesmas ser encaminhadas ao Poder Executivo por meio de indicação.

Na mesma reunião, o colegiado rejeitou os PLs 7899/14, do ex-deputado Renato Simões, e 8298/14, da ex-deputada Jaqueline Roriz, que tramitam apensados e tratam de assuntos semelhantes.

As proposições serão arquivadas, por terem sido rejeitadas pela única comissão de mérito que as analisou.